

2015/06/05

## Uma Força Armada Europeia. Um projeto exequível ou uma ideia utópica?<sup>1</sup>

*Jorge Paulo Prazeres<sup>2</sup>*

### Resumo

Jean-Claude Juncker sonhou com um Exército Europeu para se opor à Rússia. Porque será que o queria? Talvez porque a União Europeia há muito que necessita de uma estratégia própria e de um instrumento de defesa militar capaz e credível. Para que se desenhe e crie um instrumento de defesa militar será



necessário atribuir-lhe uma utilidade concreta, identificando-se claramente qual a ameaça. O Presidente da Comissão Europeia necessita fazer face a um largo espectro de riscos e desafios, desde o Leste da Europa à margem Sul do Mediterrâneo. Para além do cepticismo americano expresso nos 3D de Albright, seria necessário ultrapassar a idiosincrasia tradicional europeia que não tem permitido uma visão política, estratégica e defensiva comum. Mesmo que se começasse a construir hoje um Exército Europeu, os resultados só seriam credíveis a longo prazo.

\*\*\*

Em finais de Março de 2015, a comunicação social difundia a notícia de que Jean-Claude Juncker afirmou que desejava um Exército Europeu capaz de se opor de forma credível à política externa russa, principalmente no que concerne à crise decorrente da ocupação da Crimeia e do conflito vivido na Ucrânia.

Trata-se de uma afirmação ousada e que arrastará consigo um qualquer propósito merecedor de análise. Impõe-se então a pergunta: porque é que o Presidente da Comissão Europeia necessita de Exército Europeu se a NATO assegura a defesa territorial da Europa e se os Estados membros dispõem de Forças Armadas nacionais?

<sup>1</sup> O que faz a imagem de abertura deste texto – opção da edição do JDRI – é uma recente declaração da ministra da Defesa alemã, Ursula Von der Leyen, sobre o tema central deste trabalho.

<sup>2</sup> O autor não segue o acordo ortográfico.

A primeira resposta que pode ocorrer é que Jean-Claude Juncker deseja um Exército Europeu para fazer frente à Rússia porque tem a percepção de que nenhum dos instrumentos de defesa militar à disposição da União Europeia (UE) são suficientes dissuasores para alterar o comportamento estratégico de Moscovo (Riley-Smith, 2015; Robinson & Shotter, 2015; RT, 2015; Sparrow, 2015).

Esta percepção de incapacidade pode advir do facto de, apesar das palavras de incentivo do seu Secretário Geral, Jens Stoltenberg (2015), bem como do "Readiness Act Plan" ou da "Spearhead Force" da Aliança Atlântica, a NATO está mais configurada como um fórum de consultas à disposição dos seus Estados membros. Até ao momento até pode ter um papel integrador de doutrina, mas não tem conseguido aglutinar de forma consistente as diferentes perspectivas estratégicas nacionais.

A crise económica que tem assolado a Europa tem contribuído para um arrefecimento na vontade de investimento em defesa por parte dos Estados europeus. Também algumas clivagens no seio da NATO em relação à distribuição de esforços, num contexto de partilha de esforços e responsabilidades, não têm criado a oportunidade para que os processos de defesa militar possam ser encarados de uma forma mais racional. A conjugação de esforços de gestão dos recursos existentes, numa prática tentada à luz de de uma abordagem integrada ("*comprehensive approach*") deu origem a um apelo reiterado para a adopção mais efectiva de políticas de partilha e de integração de meios militares, conhecida como "*smart defence*", na NATO, ou "*pooling and sharing*" na União Europeia (NATO, 2012a).

As estruturas militares nacionais ao nível individualizado de cada Estado membro da UE e da NATO, à excepção dos EUA, apenas tem demonstrado disponibilidade para contribuições pouco mais do que simbólicas, sobretudo em missões de gestão de crises, sem proporcionar uma escala suficientemente forte para constituir um baluarte de defesa contra uma ofensiva direccionada para a Europa.

Antes da União Europeia pensar num instrumento de defesa militar para se contrapor a ameaças será conveniente identificar e caracterizar quais as ameaças que se apresentam à Europa. De uma forma geral, o Ocidente, aqui representando os Estados Unidos da América (EUA), a UE e a NATO, tem tido uma abordagem sensivelmente comum quanto à avaliação da ameaça. Para a NATO, as principais ameaças situavam-se à volta dos ataques de carácter cibernético, da proliferação das armas de destruição massiva, do terrorismo, bem como outras ameaças emergentes, tais como aquelas decorrentes das vulnerabilidades energéticas (NATO, 2012b). No âmbito da UE, Catherine Ashton (2010b), como Alta

Representante da União Europeia para a Política Externa e para a Política de Segurança e Defesa, fazia uma listagem de ameaças, sublinhando os riscos de correntes das acções terroristas, da proliferação de armas de destruição massiva e incapacidade dos Estados frágeis para conter os focos de violência e destruição daí decorrentes. O crime organizado, como aspecto potenciador das ameaças atrás indicadas, bem como a imigração ilegal, o tráfico humano, de drogas e de armamento, associado a factores negativos inerentes à competição pelos recursos naturais e à actividade industrial poluente contributiva para a degradação do meio ambiente e para as alterações climáticas, integravam o conjunto de factores identificados pela União Europeia que necessitava de ser combatido.

Em sessão do Conselho de Segurança da ONU, Catherine Ashton (2010a) afirmava que a Europa teria que encontrar respostas de carácter abrangente e alargado para fazer face aos riscos e ameaças já reconhecidos de forma comum, mas também a outros aspectos que afectam mais directamente os cidadãos, tais como aqueles relacionados com a dependência energética, as pandemias, os aspectos financeiros, económicos e comerciais potenciadores de crise, bem como com os aspectos de desequilíbrio na natalidade que cada vez mais envelhecem a Europa.

Até à invasão e anexação da Crimeia, em 2014, os europeus nunca se tinham confrontado com uma ameaça inequívoca à sua integridade territorial. Se bem que a Ucrânia não faça parte da UE, faz parte da sua vizinhança próxima e a instabilidade nesta região não deixará de constituir uma ameaça à segurança na Europa. A atitude de Moscovo na condução da sua política externa deu a entender que a Rússia se estava a armar militarmente e que estava a encetar uma acção de expansão sobre os Estados Europeus que anteriormente pertenceram à esfera de influência da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Contudo, a perspectiva de Jean-Claude Juncker para um Exército Europeu que se oponha à Rússia parece insuficiente porque as ameaças não vêm só da Rússia, mas também da região Sul da sua vizinhança.

Não obstante o diálogo que tem sido estabelecido entre a Europa e a margem Sul do Mediterrâneo, o resultado político e social das [pouco] "promissoras" Primaveras Árabes de 2010 dificilmente se pode considerar positivo. O caos instalou-se na Líbia, o Egipto é governado de forma autoritária, tentando impor um laicismo de Estado que está algo em contra-ciclo com os desenvolvimentos político-religiosos no Médio Oriente e a crise Israelo-Palestina está longe de estar resolvida. O conflito na Síria saiu do contexto local e alastrou para um contorno regional, sendo palco de um choque de interesses alargado, Sunitas e Xiitas combatem entre si e o auto-proclamado Estado Islâmico é protagonista num ambiente de terror e de

retrocesso civilizacional a coberto da defesa de uma putativa autenticidade religiosa, fazendo chegar a sua influência desde o Mediterrâneo a regiões da África sub-saariana. O Irão encontra-se em processo de negociação quanto ao seu programa nuclear, cativando algumas simpatias no seio dos EUA, mas vincando clivagens com Israel e com a Arábia Saudita. Enquanto isto, o Iraque atravessa uma fase de profunda desestruturação política, social e económica.

É neste cenário de elevada interacção agónica e de complexidade política que se está construindo uma teia de profunda instabilidade na vizinhança Sul da UE. Também aqui a Europa não tem conseguido ser um produtor de segurança de reconhecido valor, nem político, nem diplomático, e muito menos militar, que possa mitigar as ameaças que florescem.

Para agravar o rol de problemas securitários que afectam a UE, também o flagelo das migrações clandestinas e ilegais que atravessam o Mediterrâneo, bem como as mortes no mar associadas, estão a deixar os europeus sem uma resposta credível para controlar este problema, ao mesmo tempo que agudizam clivagens políticas internas no seio dos Estados membros quanto à forma de lidar com o elevado fluxo de imigrantes, fruto da instabilidade em África e no Médio Oriente.

Tendo em conta as principais ameaças apontadas, quando Jean-Claude Juncker pensa num Exército Europeu certamente que pensará num instrumento capaz de enfrentar militarmente qualquer estrutura produtora de ameaça e de dissuadir acções materializadoras de tal. Seria então imprescindível ter ideia muito clara acerca do que fazer com este instrumento estratégico no domínio da política externa europeia e do seu poder militar.

O poder militar da Europa pode ser descrito como um produto, considerando o valor quantitativo e orgânico da estrutura coerciva de que dispõe, multiplicado pelo resultado de um conjunto de outros factores, tais como o potencial disponível de recursos disponíveis, sejam eles materiais, energéticos, tecnológicos, ou humanos qualificados. Este potencial assim calculado deverá ser ainda multiplicado por um coeficiente decorrente da solicitação externa que é feita à Europa para se empenhar militarmente em conflito. O produto simples até agora calculado será ainda potenciado por um outro coeficiente que engloba a adequação dos meios militares disponíveis, a intenção e vontade política e social da União Europeia em se envolver em campanha militar, a qual tem tendido para a nulidade. Se a intenção e a vontade forem elementos sem expressão, poderão arrastar para o valor zero todo o potencial militar avulso que possa ter sido reunido. A todo o acervo de capacidade deverá ser adicionada a estrutura diplomática à disposição da União Europeia. Percebe-se que o factor absorvente que pode reduzir o potencial militar disponível a

um nível praticamente nulo reside na intenção, vontade e adequação no emprego militar da estrutura e recursos disponíveis. A estrutura diplomática é simplesmente aditiva, podendo fazer a diferença em caso de equilíbrio militar entre contendores.

Se comparada a União Europeia com a Rússia, à luz da descrição de poder anteriormente apresentada, poder-se-á concluir que, por muito estruturado que o poder militar europeu possa estar, se a intenção, vontade e adequação dos meios for mínima, o poder europeu de dissuasão militar convencional sobre a Rússia será também mínimo. Já a Rússia, por muitas dificuldades estruturais que possa deixar transparecer, aparenta uma intenção e vontade de empregar os meios necessários, ao ponto de suscitar a Jean-Claude Juncker o desejo de possuir um Exército Europeu que defenda a Europa da agressividade russa. Quanto ao poder de dissuasão nuclear, o grau de efectividade também reside no segredo acerca da intenção e vontade de empregar os meios, usando o poder da comunicação e da propaganda para difundir informação e contra-informação sobre o tema e deixar o adversário na dúvida quanto à credibilidade da ameaça.

Mas nem todas as ameaças respondem de igual forma ao poder dissuasório europeu, quer seja nuclear ou convencional. Por outro lado, a leitura para uma ordem mundial não é feita de forma similar fora do espaço de cultura ocidental. Tanto a Rússia, o Médio Oriente, ou os países inseridos nas civilizações asiáticas não apresentam uma visão acerca do seu papel contributivo para o equilíbrio de poder a nível global.

Actualmente, a procura de uma nova ordem mundial apresenta contornos paradoxais em relação à proliferação de diferentes riscos, desafios e ameaças identificados a que urge fazer face. Não obstante uma visão tendencialmente uniforme e globalizada, a percepção dos parâmetros enformadores da ordem mundial desejada não parece ser similar em todas as regiões do mundo, criando um problema à Europa no domínio da forma de diálogo, da credibilização do seu poder e, em última análise, na forma de expressar poder e de apresentar medias de dissuasão para a agressão.

A visão e o tipo de retórica referente ao conflito na Ucrânia é significativamente distinto entre o Ocidente e a Rússia. Neste caso, o Ocidente tem empregado medidas de dissuasão nuclear e convencionais tradicionais, associadas a outras medidas de carácter económico e político, que até agora têm produzido um efeito pouco relevante. Os acordos de Minsk, I e II, continuam por cumprir e a situação na Ucrânia está longe de se considerar estabilizada. As medidas tomadas pela comunidade internacional, podendo estar a ser eficazes para evitar acções

ofensivas de larga escala e uma guerra declarada, não o estão a ser para alterar o comportamento de Putin e evitar que vá cumprindo os seus propósitos estratégicos.

Até agora, as medidas de dissuasão aplicadas apenas têm desacelerado o processo de ganhos por parte da Rússia. Por um lado, parece haver um equilíbrio conducente a um impasse prudente no domínio do nuclear e do confronto convencional, bloqueando as acções ofensivas a Leste e a Oeste, não obstante algumas demonstrações de força que fazem parte do processo de comunicação e de construção de credibilidade. Por outro lado, não tem havido por parte do Ocidente uma capacidade de dissuasão que evite a política de negação de Moscovo e que iniba a continuada actividade patrocinadora do enfraquecimento do Estado na Ucrânia, bem como a crescente influência russa em Estados da União Europeia tais como a Grécia, Chipre ou Hungria. Até as sanções económicas aplicadas a entidades russas, procurando afectar a economia do país, têm esbarrado numa resiliência assinalável da Rússia, fazendo com que o esforço Ocidental, porque também é disso que se trata, seja espreado no tempo, sem uma desejável celeridade de efeitos que poderiam induzir um maior poder dissuasório.

No contexto da vizinhança sul da Europa, a ameaça à segurança europeia é diversa daquela apresentada pela Rússia.

A instabilidade e insegurança produzida no Médio Oriente e ao longo da margem Sul do Mediterrâneo, para além de afectarem a segurança dos Estados, têm afectado sobretudo os objectivos securitários que a Europa tem perseguido para a sua vizinhança no que concerne ao aconselhamento e aplicação de políticas reformistas com vista a estabelecer uma relação profícua entre Desenvolvimento e Segurança para a região.

O Estado Islâmico assumiu um enorme protagonismo na sua acção na Síria e no Iraque, estendendo-se a outras regiões de África, como na Nigéria, através do grupo Boko-Haram. Já a Al-Qaeda tinha desempenhado este papel, tendo sido combatida no Médio Oriente e na região do Paquistão/Afeganistão, desde 2001, por forças militares internacionais coligadas sob comando americano, sem que até agora tenha sido possível erradicá-la ou derrotá-la, apesar da paulatina eliminação ou captura dos seus líderes e mentores. Apesar do poder político e militar do Ocidente, e também por isso, tem-se constatado que foi criado um espaço para este tipo de poder com forte implementação no seio da população civil mais desfavorecida, quer por via da imposição forçada, quer por adesão ideológica, fruto de necessidades pessoais e colectivas na criação de novos enquadramentos da realidade política e social.

A ineficácia em secar os recursos dos grupos terroristas e insurgentes, como a Al-Qaeda ou o Estado Islâmico, só será compreensível se for assumido que estes grupos mantêm relações internacionais de apoio, quer sejam declaradas ou encobertas, tornando complexa a adopção de medidas dissuasoras que inibam este apoio. A relativa impunidade com que os grupos referidos, e outros, se demarcam de princípios de Direito Internacional e atentam contra os mais básicos Direitos Humanos, ignorando instituições de carácter global tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como as Organizações Mundiais do Comércio e da Saúde, ou até outros espaços políticos importantes como o G-20, a União Africana ou a Liga Árabe, demonstra que estes grupos não poderão ser tidos em consideração à luz de parâmetros tradicionais para a abordagem ao conceito de dissuasão convencional.

O terror difundido e a configuração subversiva da forma como poderes congéneres dos Taliban ou do Estado Islâmico conduzem as suas ofensivas têm retirado ao Ocidente a vontade de empregar forças terrestres em larga escala, sendo as dinâmicas islâmicas radicais e terroristas mais dissuasoras que as das forças ocidentais.

Potenciadas por toda a instabilidade e violência para lá da fronteira sul da Europa as migrações descontroladas têm tido como um dos principais veículos um processo de tráfico humano. Esta actividade ilegal tem evidenciado um profundo desrespeito pela condição humana, a coberto de formas de fuga à violência, à fome, à morte e a todo o tipo de factores inibidores da satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência de todos aqueles que estão sujeitos ao ambiente de guerra e profundo conflito.

A União Europeia tem em mãos um problema de resolução extremamente difícil. Se, por um lado, é para a Europa um imperativo moral salvar da morte tantas vidas que arriscam uma viagem insalubre na busca de um futuro promissor, a mesma Europa tem dificuldade em vislumbrar uma posição comum e concorrente para poder proporcionar a todos os imigrantes o futuro procurado. Assim, a União Europeia está perante o dilema entre absorver todos os cidadãos que migrem para a Europa e integrá-los de forma segura e condigna de acordo com a política europeia de acesso ao trabalho, à saúde, à educação e segurança social, ou criar uma barreira às migrações legais e abandonar um elevado número de vidas humanas à sua sorte e à mercê de um aviltante infortúnio.

Os traficantes estão imunes a qualquer tipo de dissuasão nuclear, bem como a qualquer tipo de acção militar europeia dentro do espaço de águas territoriais dos respectivos países, uma vez que, à luz da moral e do Direito Internacional, afundar



uma embarcação repleta de migrantes é insustentável. Efectuar afundamentos preventivos sobre embarcações em que não é possível identificar claramente se estão afectas, ou não, ao tráfico também não parece ser uma solução a ter em conta. A União Europeia costumava patrocinar a acção fiscalizadora dos governos da margem Sul do Mediterrâneo a fim de que estes impedissem os fluxos não autorizados de imigrantes para a Europa. Com a instabilidade observada naquela região, o investimento financeiro europeu na inibição das travessias deixou de produzir qualquer efeito preventivo e a falta de uma política comum europeia no controlo das migrações ilegais, para além de não se constituir como factor dissuasor poderá a abrir problemas internos no domínio da xenofobia, da islamofobia e da deterioração do projecto social europeu.

Percebe-se que a União Europeia necessite acordar da sua letargia securitária em relação à estabilidade na sua vizinhança que a levou a acreditar piamente no papel dicotómico desempenhado pelos factores Desenvolvimento e Segurança, levadas a efeito através de metodologias de pendor civil e reformista. Uma nova postura estratégica poderia passar por demarcação da política externa americana para a Europa, garantindo uma posição de maior autonomia conceptual mas, ao mesmo tempo, uma abertura de porta à perspectiva de aumento de encargos futuros com a defesa, sem que a NATO deixe de ser considerada um elemento fundamental para a segurança colectiva no território europeu.

De alguma forma, ficam expostas dúvidas institucionais quanto à validade do que tem sido o resultado da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, com especial incidência na relação entre a União Europeia e a Rússia e na Política de Vizinhança, bem como ao papel da NATO para a segurança na Europa. Apesar da legitimidade do Presidente da Comissão Europeia em sugerir a ideia de um Exército Europeu, perspectiva-se um conjunto de obstáculos políticos e técnicos muito dificilmente ultrapassáveis no curto e médio prazo. A Europa não tem uma cultura de uniformidade política e estratégica e a prova de que esta situação se mantém reside na sua própria natureza de respeito pela diversidade das comunidades e no comportamento político, estratégico, económico e financeiro apresentado na União Europeia em tempos de crise.

O levantamento de um Exército Europeu pressuporia unidade de comando e unidade doutrinária, para lá da que é inerente à NATO, bem como um conjunto de critérios técnico-militares que conferissem a tal força a necessária coesão de modo a fazer dela um instrumento de poder europeu e não um factor de instabilidade interna e de incremento da fractura política entre os Estados membros da União Europeia.



A criação de uma Academia Militar e uma Escola de Sargentos europeias poderia ser o embrião para o estabelecimento de laços culturais comuns e para a construção de medidas de confiança no seio da Europa em matéria de defesa militar, podendo ainda contribuir para que se esbatessem convicções muito profundas acerca dos perigos inerentes à partilha de soberania por parte dos Estados e à transferência de autoridade militar para instâncias com poder político acima do dos Estados.

A capacidade dissuasória proveniente da existência de um Exército Europeu será proporcional à sua credibilidade como unidade operacional e tática e à forma como comunica para o exterior a sua disponibilidade para o empenhamento e para o combate. A credibilidade passa pela sua unidade de comando, pela unidade doutrinária, pela coesão interna, pela capacidade de projecção estratégica de força, pela actualização do seu equipamento e pelo poder cinético e letal do armamento, bem como pela coerência logística de todo o sistema.

A comunicação da disponibilidade manifesta-se pelo discurso político no seio da União Europeia, pela agilidade na tomada de decisão, bem como por demonstrações de força inequívocas da intenção e vontade europeia em produzir segurança. Dada a complexidade inerente ao levantamento de um Exército concebido para defender militarmente interesses comuns, envolvendo aliados com políticas, perspectivas estratégicas, culturas e realidades económicas díspares, tal tarefa teria que ser faseada.

Como primeiro objectivo seria necessário estabelecer-se fortes consensos com vista à implementação de um centro de decisão militar robusto e centralizador, democrático à medida dos princípios e valores estabelecidos institucionalmente na União Europeia, mas imune às pressões individuais e nacionalistas dos Estados membros.

Se tal trabalho se iniciasse hoje, todo o processo seria sujeito a uma distensão no tempo, não compatível com a procura de soluções de curto e médio prazo, ou com projectos de defesa de âmbito sectorial e não sistematizado. Esta sugestão de Jean-Claude Juncker abriria as portas à Europa para um assumir de responsabilidades em matéria de defesa e de política externa até hoje nunca aceite.

#### **Referências:**

ASHTON, Catherine (2010) "Statement by High Representative Catherine Ashton at the UN Security Council". (A70/10). New York: European Union, May 4, 2010. Informação disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/EN/foraff/114179.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/114179.pdf) [2 de Maio de 2015]

ASHTON, Catherine (2010) "Statement by Catherine Ashton, High Representative and Vice-President of the EC, at the occasion of Europe Day 2010 on 9th May". (A 71/10). Brussels: European Union. Informação disponível em: [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/EN/foraff/114320.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/114320.pdf) [13 de Abril de 2015]

NATO (2012b) "Tackling New Threats with New Capabilities - NATO delivers: Yesterday, Today and Tomorrow". NATO. July 07, 2012. Disponível em: [http://www.nato.int/cps/en/natolive/news\\_87425.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_87425.htm?selectedLocale=en) [13 de Abril de 2015]

RILEY-SMITH, Ben (2015) "Create an EU Army to Keep Back the Russians, Jean-Claude Juncker Suggests". *The Telegraph*. March 8, 2015. Informação disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/russia/11457872/Create-an-EU-army-to-keep-back-the-Russians-Jean-Claude-Juncker-suggests.html> [10 de Abril de 2015]

ROBINSON, Duncan, and SHOTTER, James. (2015) "Jean-Claude Juncker Calls for Creation of EU Army". *Financial Times*. March 8, 2015. <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/1141286a-c588-11e4-bd6b-00144feab7de.html#axzz3TsqV0AEU> [10 de Abril de 2015]

RT (2015) "European Commission Chief Urges 'joint EU Army,' Germany Backs Decision". *RT News*. March 8. <http://rt.com/news/238797-eu-joint-army-threat/> [10 de Abril de 2015]

SPARROW, Andrew (2015) "Jean-Claude Juncker Calls for EU Army". *The Guardian*. March 8, 2015. Informação disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2015/mar/08/jean-claude-juncker-calls-for-eu-army-european-commission-military> [01 de Maio de 2015]

STOLTENBERG, Jens (2015) "Speech by NATO Secretary General Jens Stoltenberg at the Munich Security Conference". NATO Press Office. February 6, 2015. Informação disponível em: [http://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions\\_117320.htm?utm\\_medium=email&utm\\_campaign=NATO+News+-+Secretary+General+Situation+in+Ukraine+is+critical+NATO+supports+peace+efforts&utm\\_content=NATO+News](http://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_117320.htm?utm_medium=email&utm_campaign=NATO+News+-+Secretary+General+Situation+in+Ukraine+is+critical+NATO+supports+peace+efforts&utm_content=NATO+News) [12 de Abril de 2015]